

Sumário

Prefácio da 1ª edição	lix
Prefácio da 2ª edição	lxi

Título I

Capítulo I – Princípios Básicos do Processo Penal	1
1.1. Conceito da palavra princípio	1
1.2. Devido processo legal	2
1.3. Verdade processual.....	5
1.4. Publicidade dos atos processuais.....	11
1.5. Contraditório	15
1.6. Imparcialidade do juiz	19
1.7. Presunção de inocência	23
1.8. Princípio do favor rei	34
1.9. Promotor Natural.....	36
Capítulo II – Sistemas Processuais	45
2. Noções Gerais	45
2.1. Sistema inquisitivo	46
2.2. Sistema acusatório	48
2.3. Sistema misto ou acusatório formal	50
2.4. O sistema acusatório e a legislação vigente – confronto.....	54
2.4.1. Sistema acusatório e o Decreto-lei nº 7.661/45.....	54
2.4.2. Sistema acusatório e a Lei de Economia Popular (Lei nº 1.521/51)	55
2.4.3. Sistema acusatório e a Lei do Crime Organizado (Lei nº 9.034/95)	55
2.4.4. Sistema acusatório e a Lei de Interceptação Telefônica (Lei nº 9.296/96)	57
2.4.5. Sistema acusatório e o Código de Processo Penal.....	57

Capítulo III – Inquérito Policial	67
3. Noções	67
3.1. Conceito	68
3.2. Natureza jurídica	71
3.2.1. Condenação com base no inquérito policial	73
3.2.2. Diligência investigatória determinada pelo juiz	75
3.2.3. Rejeição de parte da denúncia	77
3.2.4. Vício no inquérito policial que acarreta sanção de nulidade ..	85
3.3. Características	88
3.3.1. Inquisitorial	89
3.3.2. Formal	89
3.3.3. Sistemático	89
3.3.4. Unidirecional	90
3.3.5. Sigiloso	91
3.3.6. Discricionário	93
3.4. Inquérito policial e o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público	93
3.5. Prazo de conclusão do inquérito policial (justiça comum estadual e justiça comum federal, tráfico de entorpecentes e Lei dos Crimes Hediondos)	98
3.5.A. Investigação Criminal na Lei de Entorpecentes nº 10.409/02...	103
3.6. Inquérito policial na Lei de Falências	145
3.6.1. Natureza jurídica do inquérito judicial	146
3.7. Inquérito policial e foro por prerrogativa de função	148
3.8. Art. 6º, inc. III, c/c 218 c/c 240, § 1º, f, c/c 241 – uma visão constitucional	151
3.9. Identificação dactiloscópica (art. 6º, VIII, CPP) e a norma constitucional do art. 5º, LVIII – natureza jurídica	160
3.10. Arquivamento na Lei de Economia Popular e o recurso de ofício – visão constitucional	162
3.11. Inquérito policial e a Lei nº 9.099/95 – termo circunstanciado	165
3.12. Arquivamento do termo circunstanciado e a fiscalização do princípio da obrigatoriedade da proposta de transação penal	179
3.13. Arquivamento do inquérito policial e o princípio do promotor natural	182
3.13.1. Arquivamento implícito do inquérito policial	190
3.14. Desarquivamento do inquérito policial	195
Capítulo IV – Ação Penal	205
4.1. Noções gerais	205
4.2. Fundamento do direito de ação	206

4.3. Natureza jurídica do direito de ação	207
4.4. Conceito e características do direito de ação.....	208
4.5. Natureza jurídica da norma que regula o direito de ação	209
4.6. Ação penal pública	210
4.6.1. Princípios básicos	211
4.6.1.1. Obrigatoriedade – visão constitucional	211
4.6.1.2. Indivisibilidade.....	216
4.6.1.2.1. Indivisibilidade e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	220
4.6.1.3. Indisponibilidade	221
4.6.1.3.1. Indisponibilidade e a Lei nº 9.099/95	225
4.7. Ação penal de iniciativa privada.....	227
4.7.1. Noções gerais	227
4.7.1.A. O Novo Código Civil – Lei nº 10.406/02 – e as Normas Processuais Penais.....	237
4.7.2. Princípios básicos	247
4.7.2.1. Oportunidade ou conveniência.....	247
4.7.2.2. Disponibilidade.....	248
4.7.2.2.1. Do Perdão.....	248
4.7.2.2.2. Da Perempção.....	249
4.7.2.3. Indivisibilidade	250
4.7.2.4. Intranscendência	257
4.8. Ação penal de iniciativa privada personalíssima	258
4.9. Condições para o regular exercício do direito de ação	260
4.9.1. Legitimidade.....	260
4.9.2. Interesse de agir.....	262
4.9.3. Possibilidade jurídica	263
4.9.4. Justa causa.....	265
4.10. Ação penal e a proposta do art. 76 da Lei nº 9.099/95 e o princípio do nulla poena sine iudicium.....	266
4.11. Ação penal pública condicionada à representação e à Lei nº 9.099/95.....	275
4.12. Ação penal nos crimes contra os costumes.....	280
4.13. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.....	285
Capítulo V – Aditamento no Processo Penal	291
5. Aditamento no processo penal.....	291
5.1. Fundamento e princípios (verdade real, obrigatoriedade, congruência e contraditório)	291
5.2. Conceito.....	293

5.3. Tipos: próprio (real e pessoal) e impróprio (retificação, ratificação, suprimento e esclarecimento)	293
5.4. Quanto à oportunidade: provocado e espontâneo	295
5.5. Recebimento do aditamento à denúncia e interrupção da prescrição	297
5.6. Recurso cabível da decisão que indefere o aditamento à denúncia	298
5.7. Conseqüências processuais do aditamento à denúncia	299
Capítulo VI – Jurisdição	313
6. Noções	313
6.1. Princípios	314
6.1.1. <i>Ne procedat iudex ex officio</i>	314
6.1.2. Indeclinabilidade da jurisdição	314
6.1.3. Indelegabilidade da jurisdição	315
6.1.4. Improrrogabilidade ou aderência da jurisdição	315
6.1.5. Juiz natural	316
6.1.6. Unidade da jurisdição	319
6.1.7. <i>Nulla poena sine iudicio</i>	319
6.2. Competência	320
6.2.1. Conceito	320
6.2.2. Natureza jurídica	320
6.3. A competência na Justiça Federal	321
6.4. A competência na Justiça Estadual	336
6.4.1. Competência pela natureza da infração – crimes dolosos contra a vida	341
6.4.2. Conexão e continência – Crimes eleitorais e os crimes comuns	342
6.4.3. Conexão e continência – crimes eleitorais, crimes comuns e os crimes dolosos contra a vida	350
6.4.4. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e o foro por prerrogativa de função	351
6.4.5. Conexão e continência – crimes dolosos contra a vida e as infrações penais de menor potencial ofensivo	362
6.4.6. Infrações penais de menor potencial ofensivo e o foro por prerrogativa de função	363
6.4.7. Justiça Militar e as infrações penais de menor potencial ofensivo	368
6.4.8. Tribunal do Júri e desclassificação	394
6.4.9. Conexão e continência e competência recursal	398
6.4.10. Conflitos de competência e de atribuição – distinção	399

Capítulo VII – Teoria Geral da Prova	407
7. Conceito e finalidade ou objetivo da prova	407
7.1. Objeto da prova	408
7.2. Meios de prova.....	409
7.3. Classificação da prova.....	409
7.3.1. Objeto.....	410
7.3.1.1. Direta.....	410
7.3.1.2. Indireta	410
7.3.2. Quanto ao sujeito.....	411
7.3.2.1. Prova pessoal	411
7.3.2.2. Prova real.....	411
7.3.3. Quanto à forma.....	412
7.3.3.1. Testemunhal	412
7.3.3.2. Documental.....	412
7.3.3.3. Prova Material.....	412
7.4. Natureza jurídica da prova.....	412
7.5. Princípios da prova	413
7.5.1. Princípio da comunhão da prova	413
7.5.2. Princípio da liberdade da prova	414
7.5.3. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	416
7.6. Da prova emprestada.....	432
7.6.1. Conceito.....	432
7.6.2. Requisitos.....	433
7.6.3. Questões controvertidas	435
7.6.4. Natureza jurídica da prova emprestada.....	436
7.7. Indício, presunção e ficção – Diferença.....	437
7.8. Da prova indiciária	443
7.9. Do ônus da prova	444
7.10. Do procedimento probatório	450
7.11. Sistemas de avaliação das provas.....	452
7.11.1. Sistema da íntima convicção ou da certeza moral do juiz... ..	453
7.11.2. Sistema das regras legais ou certeza moral do legislador ou da prova tarifada	456
7.11.3. Sistema da livre convicção ou da persuasão racional.....	458
7.12. Natureza das normas que tratam das provas.....	460
Capítulo VIII – Processo e Procedimento	461
8. Processo: noções gerais e conceito.....	461
8.1. Natureza jurídica do processo (teoria contratualista, quase contrato e da relação jurídica).....	462

8.2. Pressupostos processuais	465
8.3. Procedimento e sua distinção de processo	466
8.4. Formas procedimentais	467
8.4.1. Procedimento ordinário dos crimes apenados com reclusão...	467
8.4.1.1. Oferecimento da denúncia (D)	467
8.4.1.2. Interrogatório do acusado (I) – arts. 185 <i>usque</i> 196 do CPP	470
8.4.1.3. Defesa prévia (DP) – art. 395 do CPP	478
8.4.1.4. Oitiva das testemunhas de acusação (OTA) – art. 396 do CPP	478
8.4.1.5. Oitiva das testemunhas de defesa (OTD) – art. 396 do CPP	479
8.4.1.6. Diligências (DIL) – art. 499 do CPP	479
8.4.1.7. Alegações finais (ALF) – art. 500 do CPP	479
8.4.1.8. Sentença – arts. 502 <i>c/c</i> 381 do CPP	480
8.4.1.8.1. Relatório	481
8.4.1.8.2. Motivação ou fundamentação	482
8.4.1.8.3. Conclusão (parte dispositiva ou <i>decisum</i>) ..	482
8.4.2. Tribunal do Júri	483
8.4.2.A. Introdução histórica	483
8.4.2.B. Pedido de absolvição do promotor de justiça e quesito único	513
8.4.2.C. Libelo com imputação genérica e, conseqüente, quesito genérico: o réu de qualquer modo concorreu para o crime?	515
8.4.2.D. Direito penal do autor e direito penal do fato: não comparecimento do réu em plenário	519
8.4.2.1. Pronúncia	524
8.4.2.1.1. Natureza jurídica da pronúncia	524
8.4.2.1.2. Princípio do <i>in dubio pro societate</i> (?)	526
8.4.2.1.3. Princípio da congruência (ou da correlação entre a pronúncia e a denúncia)	527
8.4.2.1.4. Pronúncia e crimes conexos	528
8.4.2.1.5. Pronúncia e qualificadoras do crime	528
8.4.2.1.6. Pronúncia e seus efeitos	531
8.4.2.2. Impronúncia	533
8.4.2.2.1. Natureza jurídica da impronúncia	536
8.4.2.2.2. Prazo	538
8.4.2.2.3. Requisitos da impronúncia	538
8.4.2.2.4. Impronúncia e crimes conexos	538
8.4.2.2.5. Impronúncia e efeitos civis	541

Sumário

8.4.2.3. Despronúncia.....	543
8.4.2.4. Desclassificação.....	543
8.4.2.4.1. Natureza jurídica da desclassificação.....	546
8.4.2.4.2. Recurso da decisão desclassificatória.....	546
8.4.2.5. Absolvição sumária.....	547
8.4.2.5.1. Natureza jurídica da decisão de absolvição sumária.....	547
8.4.2.5.2. Natureza jurídica da absolvição sumária..	548
8.4.2.5.3. Requisitos da decisão de absolvição sumária.....	548
8.4.2.5.4. Absolvição sumária e crimes conexos.....	548
8.4.2.5.5. Absolvição sumária e efeitos civis.....	550
8.4.2.5.6. Absolvição sumária e recurso de ofício....	556
8.4.2.5.7. Questões controvertidas nos crimes conexos e na continência (pronúncia, impronúncia, desclassificação e absolvição sumária).....	558
8.4.2.6. Libelo crime acusatório	564
8.4.2.6.1. Requisitos do libelo.....	565
8.4.2.6.2. Libelo bifronte	566
8.4.2.7. Contrariedade ao libelo crime acusatório	567
8.4.3. Entorpecentes.....	568
8.4.3.1. Prisão em flagrante	568
8.4.3.2. Da fase postulatória.....	568
8.4.3.3. Juízo de prelibação.....	568
8.4.3.4. Interrogatório	569
8.4.3.5. Defesa prévia ou alegações preliminares.....	570
8.4.3.6. Despacho saneador.....	571
8.4.3.7. Audiência de instrução e julgamento (AIJ).....	571
8.4.3.A. Entorpecentes na Lei nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002	572
8.4.3.A.1. Denúncia	575
8.4.3.A.2. defesa prévia	575
8.4.3.A.3. Manifestação do Ministério Público	577
8.4.3.A.4. Juízo de prelibação (juízo de admissibilidade da pretensão acusatória estatal).....	577
8.4.3.A.5. Audiência de Instrução e Julgamento – AIJ .	580
8.4.3.A.6. Medidas assecuratórias e inversão do ônus da prova.....	582
8.4.4. Juizado Especial Criminal.....	584

8.4.5. Estatuto do Idoso – Aspectos processuais	586
8.4.5.1. Institutos despenalizadores	587
8.4.5.2. Novo conceito de infração penal de menor potencial ofensivo	587
8.4.5.3. Procedimento sumaríssimo	588
8.4.5.4. Quem é idoso para efeito do Estatuto?	589
8.4.5.5. Prescrição	590
8.4.5.6. Ação penal pública incondicionada	591

Capítulo IX – Da Prisão Cautelar 593

9. Noções	593
9.1. Características	595
9.1.2. Pressupostos	597
9.2. Prisão em flagrante	598
9.2.1. Conceito de flagrante delicto	599
9.2.2. Do fundamento da prisão em flagrante	599
9.2.3. Espécies de flagrante delicto	605
9.2.4. Flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada e de iniciativa privada	611
9.2.5. Flagrante nos crimes permanentes e habituais	613
9.2.6. Flagrantes preparado, esperado e forjado	616
9.2.7. Flagrante esperado, diferido ou retardado	619
9.2.8. Flagrante no crime tentado, consumado e formal	621
9.2.9. Flagrante e apresentação espontânea do autor do fato	623
9.3. Prisão preventiva strictu sensu	625
9.3.1. Momento para a decretação da prisão preventiva	626
9.3.2. Pressupostos para a decretação da prisão preventiva	628
9.3.3. Hipóteses legais de admissibilidade da prisão preventiva	631
9.3.4. Prisão preventiva e a exclusão da ilicitude	635
9.3.5. Princípio da motivação das decisões judiciais	636
9.3.6. Revogação da prisão preventiva	637
9.4. Prisão administrativa	638
9.5. Prisão em decorrência da sentença penal condenatória recorrível ..	641
9.6. Prisão em decorrência da decisão interlocutória de pronúncia	649
9.7. Prisão temporária da Lei nº 7.960/89	655

Capítulo X – Liberdade Provisória – Visão Constitucional 669

10. Noções gerais	669
10.1. Liberdade provisória com ou sem fiança	669
10.2. Liberdade provisória na lei dos crimes hediondos	688

Capítulo XI – Citação	695
11. Noções gerais e conceito	695
11.1. Natureza jurídica da citação.....	697
11.2. A Lei nº 9.271/96 e os princípios da aplicabilidade imediata da lei processual penal e da irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i>	698
11.2.1. Requisitos da suspensão	699
11.2.2. Limite de tempo da suspensão.....	701
11.2.3. Incidência da norma.....	701
11.2.4. Recurso da decisão de suspensão	705
11.2.5. Réu em lugar incerto e não sabido e réu que se oculta para não ser citado (arts. 361 e 362).....	706
11.2.6. Concurso de pessoas e citação por edital.....	706
11.2.7. Tribunal do Júri e citação por edital	707
11.2.8. Defensor público e citação por edital	708
11.3. Citação e as infrações penais de menor potencial ofensivo.....	709
Capítulo XII – Teoria Geral das Nulidades	711
12. Noções gerais e conceito de nulidade	711
12.1. Natureza jurídica da nulidade	714
12.2. Princípios processuais da nulidade	715
12.2.1. Prejuízo.....	715
12.2.2. Causalidade (contaminação ou contagiosidade)	718
12.2.3. Interesse.....	719
12.2.4. Convalidação	719
12.3. Sistemas.....	720
12.3.1. Certeza legal.....	720
12.3.2. Instrumentalidade das formas	721
12.3.3. Misto.....	722
12.4. Nulidade absoluta e nulidade relativa – distinção.....	722
12.5. O art. 567 do CPP e o princípio do juiz natural.....	723
Capítulo XIII – Teoria Geral dos Recursos	725
13.1. Conceito.....	725
13.2. Fundamento	726
13.3. Natureza jurídica do recurso	726
13.3.1. Recurso como desdobramento da relação jurídico-processual em curso	727
13.3.2. Recurso como ação constitutiva autônoma (nova ação)...	727
13.3.3. Recurso como meio destinado a obter a reforma de uma decisão.....	727

13.4. Princípios gerais dos recursos	728
13.4.1. Taxatividade	728
13.4.2. Unirrecorribilidade	729
13.4.3. Fungibilidade.....	729
13.4.4. Voluntariedade.....	731
13.4.5. Conversão	734
13.5. Proibição da reformatio in pejus	734
13.6. A reformatio in pejus indireta.....	736
13.7. Efeitos dos recursos.....	746
13.7.1. Devolutivo.....	746
13.7.2. Suspensivo	752
13.7.3. Extensão subjetiva dos efeitos da decisão nos recursos....	756
13.8. Os recursos e o direito intertemporal	758
13.9. Juízo de admissibilidade dos recursos.....	760
13.9.1. Conceito	761
13.9.2. Requisitos intrínsecos.....	763
13.9.2.1. Legitimidade	763
13.9.2.2. Interesse	772
13.9.3. Sucumbência e interesse	777
13.9.4. Requisitos extrínsecos.....	778
13.9.4.1. Cabimento (possibilidade jurídica do pedido recursal).....	778
13.9.4.2. Tempestividade.....	779
13.9.4.3. Regularidade formal	781
13.9.4.4. Ausência de fatos impeditivos ou extintivos (desistência, deserção, preclusão e renúncia)...	781
13.10. Juízo de mérito (ou juízo de delibação)	785
13.11. Recursos em espécie (questões relevantes)	785
13.11.1. Recurso em sentido estrito.....	785
13.11.2. Apelação	791
13.11.3. Protesto por novo júri.....	805
13.11.4. Embargos infringentes e de nulidade.....	822

Título II

Das Ações Autônomas de Impugnação

Capítulo I – Do Habeas Corpus	831
1.1. Conceito.....	831
1.2. Natureza jurídica	832
1.3. Espécies de habeas corpus: liberatório e preventivo	833

1.4. Objeto do <i>habeas corpus</i>	833
1.5. Legitimidade ativa.....	836
1.6. <i>Habeas corpus</i> e as transgressões disciplinares militares – correta visão do problema	838
1.7. Autoridade coatora: juiz, promotor de justiça e delegado de polícia .	841
1.7.1. Juiz e competência	841
1.7.2. Promotor de justiça e competência.....	841
1.7.3. Delegado de polícia e competência.....	843
1.8. <i>Habeas corpus</i> e o ato de particular	844
1.9. <i>Habeas Corpus</i> e o direito líquido e certo	847
1.10. <i>Habeas corpus</i> e o arquivamento do inquérito policial ou extinção do processo com julgamento do mérito	851
1.11. Intervenção do promotor de justiça na ação de <i>habeas corpus</i> perante o primeiro grau de jurisdição.....	852
1.12. <i>Habeas corpus</i> e a prisão administrativa (§ 2º do art. 650 do CPP)..	853
1.13. <i>Habeas corpus</i> e relaxamento de prisão – diferença	853
1.14. <i>Habeas corpus</i> e o Juizado Especial Criminal.....	855
Capítulo II – Revisão Criminal	861
2. Noções gerais	861
2.1. Conceito.....	862
2.2. Natureza jurídica	863
2.3. Objeto.....	864
2.4. Condições para o regular exercício do direito de agir	865
2.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	865
2.4.2. Legitimatío ad causam	866
2.4.3. Interesse processual.....	868
2.5. Formas de revisão criminal.....	868
2.6. Pressupostos legais	869
2.7. Fundamentos legais da revisão criminal.....	869
2.8. Revisão criminal de decisões não condenatórias.....	874
2.9. Revisão criminal e a “sentença” que homologa a transação penal ..	876
2.10. Efeitos da revisão criminal	877
2.10.1. Alterar a classificação da infração penal	878
2.10.2. Absolver o réu	878
2.10.3. Modificar a pena	880
2.10.4. Anular o processo	881
2.10.5. Proibição da reformatio in pejus	883
2.11. Revisão criminal e sentença penal estrangeira	883

Capítulo III – Mandado de Segurança em Matéria Criminal	885
3. Objetivos e Noções Gerais.....	885
3.1. Conceito.....	886
3.2. Natureza Jurídica	886
3.3. Objeto.....	888
3.4. Questões controvertidas.....	888
3.4.1. Identificação criminal	888
3.4.2. Recurso próprio previsto em lei	890
3.4.3. Prova contra si mesmo.....	892
3.4.4. Requerimento do ofendido para se habilitar como assistente..	894
3.4.5. Direito de sufrágio do preso provisório	895
3.4.6. Estrangeiro não residente no País.....	896
Nota final do Autor à primeira edição	901
Referências Bibliográficas	903
Índice remissivo	913